



PRATA DA CASA

O OUTRO LADO DA VIDA DO MINISTRO DO TCU, UBI RATAN AGUIAR

LEGIS

**Impresso
Especial**

9912178577-DR/BSB
Sindilegis

...CORREIOS...

EDIÇÃO ESPECIAL

Jornal do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União

Ano XI - Número 100 - Jan de 2011



“APOSENTEI!”

Nada de depressão, tristeza ou ociosidade. Agora, as três Casas – Câmara, Senado e TCU –, oferecem programas de orientação ao novo aposentado. Nesta centésima edição do Jornal Legis você irá conferir uma série de matérias voltadas a essa categoria tão especial. Aposentou? Fique à vontade!

PECs 555 e 270 estão na pauta do Sindilegis. Além delas, veja o andamento do PLP 549.



Lugar de aposentado é no Sindicato

Com pouco mais de oito meses à frente da Diretoria de Aposentados e Pensionistas, com a posse na nova Diretoria do Sindilegis, foi possível demonstrar a nossa luta constante em defesa de todos os servidores e em especial daqueles que já estão afastados do serviço - aposentados e pensionistas.

A minha pasta tem encampado, junto ao presidente do Sindilegis, Nilton Paixão, as lutas pelas melhorias relacionadas a essa categoria. O Sindicato não está preocupado somente em cuidar da remuneração dos aposentados e pensionistas. Nosso esforço quer ir além: ansiamos cuidar de outros tantos direitos, tais como a saúde física e mental, e, com isso, darmos o apoio para o servidor em seu processo de aposentadoria oferecendo, mediante parceria com a Câmara dos Deputados, Senado Federal e Tribunal de Contas da União eventos e informações de forma a assegurar uma aposentadoria saudável.

Cabe aqui destacar o patrocínio do Sindilegis no evento chamado Sala do Servidor, com um belíssimo café da manhã na Assefe que contou com a parceria do Senado Federal, um momento mágico em que congregamos inúmeros servidores das três Casas.

Dentre muitas ações empreendidas, destacamos a lida pela aprovação no Plenário da Câmara dos Deputados da PEC 555, que revoga o dispositivo da Emenda 41 - Reforma da Previdência, acabando com a cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados e altera a Constituição Federal de 1988." A atuação sindical teve seu destaque aliada às entidades que atuaram no sentido da aprovação na Comissão Especial, pronta agora para o Plenário, onde a luta será ainda maior, mas estamos confiantes na vitória e para isso contamos com a presença maciça de todos.

Outro embate junto ao Congresso é a PEC 270 que acrescenta o § 9º ao art. 40 da Constituição Federal de 1988 e garante ao servidor que aposentar-se por invalidez permanente o direito dos proventos integrais com paridade.

Os Planos de Carreira da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ainda necessitam de ajustes em razão dos vetos e estão sendo trabalhados pelo Sindilegis de forma firme, mas ordeira. Devemos agora passar por um novo processo, estamos inaugurando uma nova etapa, com um novo governo: aguardemos confiantes!

Foram inúmeras as reuniões, presenças em eventos, encontros e outras tantas horas sem descanso longe do convívio da família para poder oferecer ao filiado um trabalho de qualidade e em especial ao aposentado e pensionista. Mas sempre valerá a pena lutar por um ideal!

Por *Maria Elisa Siqueira de Oliveira*,
diretora de Aposentados
e Pensionistas



Triênio - 2010/2013

Diretoria Executiva

Nilton Rodrigues da Paixão Júnior
Presidente

Valéria Rodrigues Motta
1º Vice-presidente

Lucieni Pereira da Silva
2º Vice-presidente

Hamilton Costa de Almeida (Pardal)
Secretário-geral

José Carlos de Matos
Diretor Jurídico

Jerônimo Mariz Medeiros
Diretor Financeiro

José Dantas Pimentel
Diretor Financeiro-Adjunto

Edimar Teixeira da Silva
Diretor Administrativo

Maria Elisa Siqueira de Oliveira
Diretora de Aposentados e Pensionistas

Márcio Hudson de A. Figueiredo
Diretor de Comunicação Social

Aníbal Moreira Júnior
Diretor de Relações Institucionais

Henrique Moraes Ziller
Diretor Social

Francisco Chagas P. Silva (Boró)
Diretor Cultural

Demeral de Lima e Souza
Diretor de Meio Ambiente

Giovana Dal Bianco Perlin
Diretora de Igualdade de Gênero

Simone Maria Barbosa Ferreira
Diretora de Órgãos Regionais

Alison Aparecido Martins de Souza
Diretor Esportivo

Ângelo Bôsko Machado de Andrade
Diretor de Servidores Comissionados

Suplentes da Diretoria Executiva

Antônio Gois Cella, Eder Rodrigues da Silva, Erivan Carlos de Carvalho e Tiago Merheb Gonçalves Andrade

Membros Efetivos do Conselho Fiscal

Marinalvo Gomes de Araújo, Conrado Wargas Neto, Isabel Cristina Reis Sousa, Wederson Osmar Moreira e Wellington P. de Oliveira

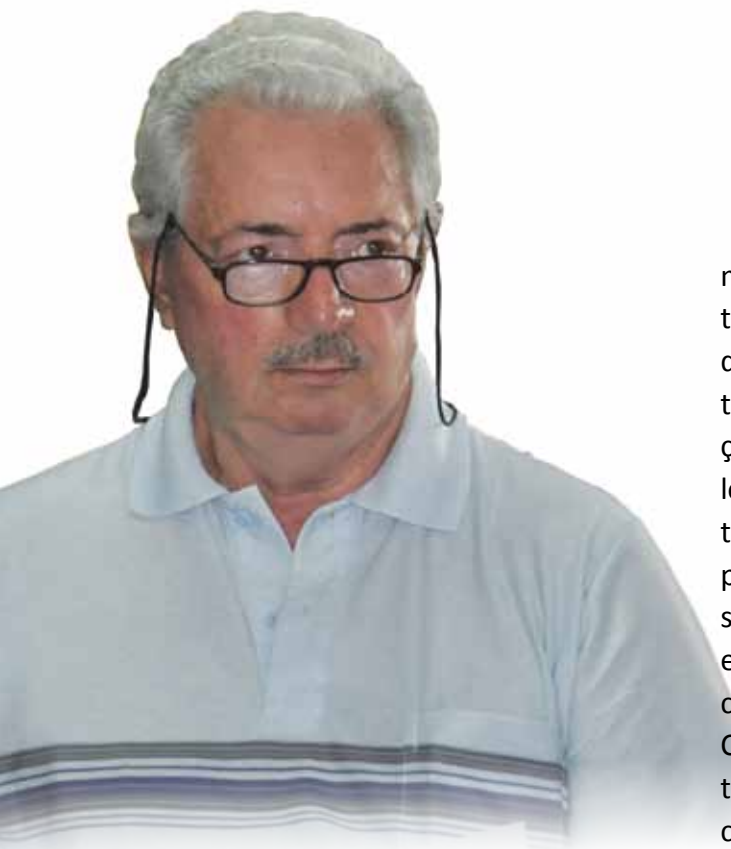
Suplentes do Conselho Fiscal

Nazareno Caetano Vasconcelos, Amado Marques da Costa Junior, Olavo de Souza Ribeiro Filho, Heloisa Lustosa de Oliveira e Luiz Antonio Souza da Eira.



APOSENTADOS, UNI-VOS!

Por Ada Suene



Polêmico, o professor e doutor em economia da Unicamp, Osmar Marchese, é persistente em dizer que o governo tem investido muito mais no pagamento dos juros da dívida interna que em programas sociais. Marchese fala de valores assombrosos que ultrapassam R\$ 1 trilhão, pagos com juros mensais de 36% do orçamento do país – sendo que educação e saúde levam, respectivamente, 3% e 5% do investimento nacional. Para ele, faz-se urgente uma reforma político-econômica, o que asseguraria recursos suficientes para abastecer a previdência social e outros setores. Todas as suas teses vão de encontro a vários projetos que hoje tramitam no Congresso Nacional, os quais o próprio Sindilegis também tem se posicionado contrário, como nos casos dos projetos: PLP 549/2009, PL 1992/2007 e PEC 555/2006.

O Jornal Legis entrevistou o professor durante sua participação no 1º Congresso Mundial dos Aposentados, ocorrido em Brasília no final do mês de novembro. Marchese, mesmo aposentado, está na presidência do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp.

ENTREVISTA

**PROF. OSMAR
MARCHESE**

Jornal Legis: Como o senhor analisa a situação dos aposentados e pensionistas de um modo geral no país?

Osmar Marchese: Na verdade, estamos sendo maltratados pelos detentores do poder, principalmente pelo Executivo, desde 1998, quando passamos pela primeira reforma da previdência, com a Emenda Constitucional 20. Ali, começou a modificação de leis que só tiveram como finalidade tirar direitos e impor novos deveres. Isso foi confirmado com a aprovação da Emenda 41.

JL: O senhor se refere à contribuição dos servidores inativos e pensionistas?

OM: Exatamente. Isso foi gravíssimo, pois a emenda infringiu algo fundamental: o direito adquirido. Um país que não preserva esse direito não se pode dizer democrático. Desde então, houve uma sucessão de equívocos. Apesar da mobilização de milhares de trabalhadores ao longo de anos, o Congresso Nacional aprovou a medida, indo contra o movimento que desejava impedir tal manobra. Naquela época, eu dirigia a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, a Andes. Nossos gritos não foram suficientemente fortes para barrar a emenda no Congresso. O pior de tudo é que o Supremo Tribunal Federal, numa votação famosa dos 11 juízes, assumiu um posicionamento político e perdemos. Apenas quatro votaram corretamente do ponto de vista da defesa dos direitos humanos.

JL: A votação da PEC 555 ficou para o próximo ano, professor. As entidades preveem alguma estratégia?

OM: Durante todo o ano fizemos um trabalho intenso. Estive com o presidente do Sindilegis, Nilton Paixão, em uma reunião do Mosap para tentarmos a votação ainda em 2010, pois tememos que o novo governo, com o maior número de adeptos, não aprove a PEC 555. O nosso trabalho político é importante e certamente o Sindilegis deve estar envolvido para convencer a presidente Dilma Rousseff de que ela deve mudar essa posição e acabar definitivamente com essa contribuição sem precedente.



Thiago Leon

“Nossos gritos não foram suficientemente fortes para barrar a emenda no Congresso.”

JL: Enquanto isso, qual é a expectativa dos servidores inativos e pensionistas?

OM: Nós já tivemos 30% de redução nos valores das pensões enquanto Fernando Henrique Cardoso presidia o país. Já tive a informação que estão querendo estender a idade de aposentadoria para 70 anos. Qual é a lógica do ponto de vista financeiro do governo? Retardar a despesa com o servidor público. Em decorrência disso, teremos problemas na geração de emprego, além de inviabili-

zar novos concursos. Para piorar, seguindo a tendência de países como a França e a Espanha, a idade será a mesma, tanto para homens como para mulheres. É mesmo muito injusto. Mas o cenário pode melhorar, caso as entidades representativas se mobilizem.

JL: O senhor também aponta prejuízos na aprovação do PLP 549 e do PL 1992. Há possibilidade de serem aprovados?

OM: Apesar de inconcebível, o projeto 549 pode ser aprovado já em 2011. Isso significa o bloqueio de todo o sistema público, a atrofia da administração pela falta de recursos e congelamento de salários por 10 anos. Na Argentina e Chile tentaram medidas semelhantes e obtiveram péssimos resultados. A ideia do governo é diminuir gastos com o servidor público e com as aposentadorias. Já o PL 1992 quer entregar de bandeja às instituições financeiras privadas os nossos recursos previdenciários, pois ele institui as complementaridades para os servidores públicos federais, fixando limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência conforme o artigo 40 da Constituição. Nós precisamos nos unir para impedir esta barbárie. O governo quer implantar de uma vez a previdência complementar para acabar com a aposentadoria integral. Isso só interessa aos banqueiros – pois um servidor público quando se aposentar de acordo com teto do INSS, para receber o equivalente aos seus proventos, terá de apelar aos bancos. As consequências poderão ir além do que podemos imaginar. (AS)

Senador Garibaldi Alves é o novo ministro da Previdência

Robson Pires



O senador peemedebista Garibaldi Alves Filho (RN) é o novo gestor da pasta Previdência Social, desde 3 de janeiro, quando iniciou o governo Dilma Rousseff. O parlamentar já ocupou a presidência do Senado e foi reeleito para o terceiro mandato na Casa.

Formado em Direito pela Universidade Federal do Rio Gran-

de do Norte e tendo trabalhado como jornalista, Alves vem de uma das famílias mais influentes do estado. Ele é primo do deputado federal Henrique Eduardo Alves e seu pai, de 87 anos, Garibaldi Alves, assumiu o mandato de senador, no lugar de Rosalba Ciarlini, eleita para o governo potiguar. Em sua carreira política, ele foi deputado estadual, prefeito de

Natal, governador e senador.

Garibaldi terá pela frente muitos desafios. Entre eles, está a espinhosa tarefa de realizar nova reforma da previdência. Em 2003, o senador votou a favor do governo, aprovando a chamada PEC Paralela, que deu origem à EC 41/2003, responsável pela taxação dos servidores aposentados e pensionistas. (APR)

Licenças-prêmio podem ser convertidas em pecúnia

Servidores podem solicitar a conversão de licenças-prêmio não gozadas em pecúnia ao se aposentarem

A Diretoria de Aposentados e Pensionistas do Sindilegis, Maria Elisa Siqueira de Oliveira, relembra a todos os servidores da Câmara que têm direito à licença-prêmio que o benefício poderá ser indenizado no momento da aposentadoria. O direito também se estende aos servidores do Senado e do TCU.

A decisão da Diretoria Geral da Câmara, motivada por um requerimento do Sindilegis, estabelece um prazo máximo de cinco anos contados a partir da data da publicação da aposentadoria em veículo da imprensa oficial, para reclamar a conversão referente ao benefício. Sobre o montante a receber, não deverá haver nenhum desconto referente ao imposto de renda.

As Casas alertam que o paga-

mento dependerá da disponibilidade orçamentária e financeira. As Administrações também poderão optar pelo pagamento do valor devido de forma parcelada.

“Sugiro aos colegas que fiquem atentos à necessidade e o momento para a utilização das referidas licenças-prêmios para concessão do Abono de Permanência em razão das vantagens financeiras futuras”, alerta Maria Elisa. (APR)

NOVOS APOSENTADOS, NOVA VIDA

Senado e TCU lançam programa de preparação para a aposentadoria. Na Câmara, os primeiros resultados já foram colhidos.

A aposentadoria é um momento de mudança que acarreta incertezas e gera muitas expectativas. É um verdadeiro divisor de águas na vida de qualquer trabalhador. Foi pensando em transformar esse rito de passagem menos conflituoso para os servidores que Câmara, Senado e TCU buscaram desenvolver programas de preparação para a aposentadoria, os chamados PPA. Na Câmara, a iniciativa foi colocada em prática no início em 2010, mas ainda não foi oficialmente instituída. No Senado e no TCU, os programas são novidade.

Em comum, os PPAs das Casas visam a proporcionar ao servidor um desligamento menos traumático da instituição e das funções exercidas ao longo dos anos. A ideia é fazer com que esse processo aconteça de forma natural, equilibrada e saudável. Os responsáveis pela área de aposentados nas três Casas comemoram os benefícios que os programas trarão.

Melhor caminho

No Senado, o PPA “Caminhos para Aposentadoria” está sob a coordenação do Serviço de Qualidade de Vida e Reabilitação Funcional, da Secretaria de Recursos Humanos. Além de servidores que estão em processo de aposentadoria, o programa também se dedica àqueles com indicação de aposentadoria por invalidez.



Luiz Antonio/LAR

O servidor Sidnei Kronemberger recebe uma carta de agradecimento do presidente José Sarney pelos serviços prestados ao Senado em 39 anos durante a inauguração do PPA da Casa. A partir de agora, todo servidor do Senado que se aposentar também receberá tal carta, no mesmo padrão.

O programa é “novinho”: foi lançado no dia 7 de outubro, como parte das comemorações do mês do servidor.

A primeira atividade foi a palestra comandada pelo geriatra Renato Maia, criador do programa Saúde do Idoso do Ministério da Saúde e do Projeto “Viva bem a idade que você tem”. Para o especialista, a aposentadoria não pode significar ausência de projeto de vida. Ele acredita que “sonhar em não fazer nada é sinônimo de projeto de morte, não de vida”.

O PPA vai orientar os servidores no planejamento de metas a curto e longo prazos para a nova fase da vida. Além dos

atendimentos individuais, estão previstas de 6 a 8 sessões de coaching* (semanais ou quinzenais). A cada dois meses, os coordenadores do programa farão a verificação do andamento das metas. Em reuniões mensais com grupos serão discutidos aspectos jurídicos e financeiros da aposentadoria, proporcionando conforto ao longo de todo o processo.

No TCU

O caçula dos programas é o do TCU. O projeto piloto foi lançado em Belo Horizonte no mês de novembro, na Secretaria de Controle Externo de Minas Gerais. Lá, 39% dos servidores têm mais de 30 anos de serviço público e es-

tão às portas da aposentadoria.

O formato inicial é composto de três módulos, totalizando 20 horas. O primeiro e o segundo já aconteceram, com a realização de um seminário com diversos palestrantes que discorreram sobre os aspectos psicológicos, espirituais, financeiros e ligados à saúde e nutrição durante a aposentadoria, além de atividades compostas de depoimentos e práticas.

O terceiro módulo é o acompanhamento a distância, com o servidor em sua unidade de origem, durante três meses. Durante o período, psicólogos e consultores do Sebrae estarão à disposição para suporte e orientação.

“Aposentadoria sem preparação é um desastre. Fico feliz de ver o projeto começar justamente no meu momento de passagem, após 36 anos de Tribunal”, diz Neusa Affonso, então secretária da Secex-MG e uma das idealizadoras do projeto. No TCU, a iniciativa contou com o apoio técnico do Programa de Valorização do Servidor (Pró-Ser), da Câmara dos Deputados, e com o suporte institucional do Sindilegis.

Pioneiro

Apesar de ser o mais antigo no âmbito de preparação para a aposentadoria, na Câmara dos Deputados o PPA ainda não foi oficializado, como nos outros órgãos. A psicóloga Francisca Campos conta que em 2004 um amplo projeto de PPA foi elaborado pelo Pró-Ser, mas a proposta não foi priorizada na época, perspectiva que acabou mudando nos anos seguintes. Em 2010, três turmas de servidores passaram pelo programa, abrangendo aproximadamente 50 pessoas, das quais 15 já se aposentaram.



Aline Rogers

O ministro Ubiratan Aguiar, que se aposenta neste ano, foi o homenageado do lançamento do PPA em Belo Horizonte.

“Acreditamos ser um dever institucional orientar e apoiar servidores nessa transição”, afirma Francisca.

As atividades desenvolvidas pelo Pró-Ser envolvem exposições dialogadas, dinâmicas de grupo, compartilhamento de experiências e uso de recursos audiovisuais, como filmes e músicas.

A diretora da Coordenação de Inativos e Pensionistas da Câmara, Cristina Cascaes Sabino, afirma que o projeto aporta maior qualidade de vida dos servidores que se aposentam. “A melhoria é de 100%. Eu participei das turmas informando sobre a parte técnica da aposentadoria e vi que a receptividade dos participantes é grande, pois eles se sentem seguros, sabendo que a Casa está olhando por eles nessa mudança, que eles não ficarão desamparados”.

Além disso, ressalta Cristina, os aspectos sociais e emocionais são bem trabalhados nos cursos. “Os principais problemas que nossos servidores enfrentam com a aposentadoria são a dificuldade em lidar com o ócio e com a quebra do vínculo afetivo que têm com a Casa, que muitas vezes desembocam em depressão. A Câmara tem de continuar

investindo nesse programa, para que os servidores cheguem ao final de suas carreiras contentes do dever cumprido e não temerosos da mudança”.

O presidente Nilton Paixão, que participou do lançamento dos projetos do Senado e TCU, considera que a aposentadoria “não deve ser um momento difícil, não deve representar uma ruptura”. O presidente do Sindilegis considera que o servidor se dedica tanto ao trabalho e passa tanto tempo da sua vida no exercício de sua atividade profissional que acaba perdendo a noção de sua própria identidade. “O trabalho faz parte da vida, mas a vida não se encerra com o fim do trabalho. Eu não entendo dos meandros psicanalíticos, mas espero que essa engrenagem montada não faça de nós pessoas que cheguem ao final apresentando um currículo cheio de cargos esquecendo-nos de olhar as coisas simples, que realmente importam”, conclui. (APR)

** Processo de promoção das habilidades individuais, por meio de ferramentas, conhecimentos e oportunidades de que as pessoas precisam para se desenvolverem e se tornarem mais efetivas e eficazes, no intuito de instruir a carreira profissional.*

Governistas emperram votações de matérias de interesse dos aposentados

PECs 555 e 270 já estão prontas para votação em Plenário. Bancada governista faz manobras para evitar votação de parecer contra o PLP 549.

Tramitam no Congresso Nacional matérias extremamente importantes para os servidores aposentados. São elas: as PECs 555 e 270 e o PLP 549. Uma pode corrigir uma injustiça infligida aos aposentados do serviço público; a outra visa a aumentar direitos. A terceira é bastante perigosa: entre outras medidas, propõe o congelamento das remunerações do serviço público por 10 anos. O Sindilegis acompanha de perto o andamento das três propostas legislativas e vem atuando na defesa dos direitos dos servidores inativos.

A PEC 555/2006 prevê a extinção da cobrança previdenciária de aposentados e pensionistas do serviço público, instituída pela famigerada Reforma da Previdência em 2003. Aprovada pela comissão especial com alteração do texto original, desde o mês de julho aguarda inserção na pauta do Plenário da Câmara, onde deve ser votada em dois tur-



Representantes de entidades e servidores acompanharam a votação da PEC 555

nos e depois seguir para o Senado.

A nova redação da proposta, em substituição ao parecer do deputado Luiz Alberto (PT-BA), prevê a desoneração gradativa da contribuição. Ao completar 61 anos de idade, o servidor pagará 80% da contribuição, sendo reduzido em 20% a cada ano, até chegar à isenção completa aos 65 anos. Uma vitória, considerando que o parla-

mentar baiano propôs um percentual menor de redução, terminando com a isenção total somente aos 70 anos. O texto original da PEC, do então deputado Carlos Motta, previa a isenção integral da contribuição.

Desde a aprovação do substitutivo na Comissão Especial, o Sindilegis vem batalhando pela inclusão do texto na pauta do Plenário.

PEC 270/2008

Batalha que se repete em relação à PEC 270/2008, que altera as regras para concessão de proventos integrais em casos de aposentadoria por invalidez. Desde novembro de 2009, a matéria está pronta para votação em Plenário e, desde então, mais de 60 requerimentos de inclusão na pauta

foram apresentados por parlamentares, sem ser atendidos pelo então presidente Michel Temer.

O parecer aprovado pela comissão especial permite a integralidade e a paridade remuneratória dos servidores



Diretora de aposentados e pensionistas acompanha a tramitação da proposta

afastados em razão de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei, ocorridos antes de 2004, beneficiando,

dessa forma, quem se aposentou nessa situação.

“Esta é uma bandeira que há muito tempo é defendida pelo Sindilegis. Finalmente, estamos cami-

nhando para a correção de uma injustiça com aqueles que já sofrem em função de suas próprias limitações”, afirmou Edison Haubert, o presidente do Instituto Mosap.

PLP 549/2009

Já com o PLP 549/2009, o cenário é um pouco diferente, mas com os mesmos empecilhos. O projeto prevê, além de alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o congelamento salarial do servidor público por cerca de 10 anos.

A matéria foi aprovada no Senado e vem sofrendo derrotas na Câmara. A primeira foi a rejeição por unanimidade na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, no mês de maio. Na Comissão de Finanças e Tributação, a relatora da proposta de lei complementar, a então deputada federal Luciana Genro (PSOL-RS) apresentou parecer pela rejeição da matéria.

“Os gastos públicos que merecem controle não são os gastos com pessoal, mas os gastos com o endividamento público, que têm crescido de forma exponen-

cial, superando excessivamente os gastos com Educação, Saúde, Previdência, Assistência Social, e principalmente com Pessoal”, argumenta a deputada. Devido a um arranjo da bancada governista, a votação do parecer ficará para a nova legislatura.

Desde a posse, a diretoria do Sindilegis tem trabalhado fortemente contra o PLP 549/09 e inclusive disponibilizou uma carta aberta para o recolhimento de assinaturas eletrônicas de pessoas contrárias à proposta. Para participar do abaixo-assinado, basta acessar o banner “Não ao PLP 549/09” localizado no lado direito do portal do Sindicato na internet (www.sindilegis.org.br).

Aline Rogers



Ex-deputada Luciana Genro: “Esse PLP significa retrocesso para o serviço público”

Projeto institui regime de previdência complementar

Outra proposta avassaladora proveniente do Poder Executivo é o Projeto de Lei nº 1992, de 2007. O PL propõe a instituição do regime de previdência complementar dos servidores públicos federais ocupantes de cargo efetivo, podendo ser estendido aos servidores dos três poderes dos estados e municípios. A ideia está prevista no artigo 40 da Constituição, sem regra que garanta portabilidade das contribuições previdenciárias do servidor e patronal, representando um grande risco. Na União, por exemplo, as contribuições previdenciárias

correspondem a 33% da remuneração do servidor ativo.

Durante a posse da Confederação dos Servidores do Poder Legislativo e dos Tribunais de Conta do Brasil (Confelegis), em dezembro de 2010, o Sindilegis distribuiu um manifesto coletivo enfatizando as desastrosas consequências em caso de implementação do PL.

O documento destaca também que “as ações propostas para o equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes próprios de previdência são bem-vindas, até porque se trata de princípio imposto pelo artigo 40 da Constituição



Presidente Nilton Paixão e a segunda-vice-presidente Lucieni Pereira apoiam a luta contra o PL 1992

que deve ser perseguido, tanto pelo poder público, como pelos seus servidores”. (APR/AS)

Aline Rogers

DEPRESSÃO NA TERCEIRA IDADE

Os idosos brasileiros estão vivendo mais. Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam um aumento da expectativa de vida média de 68 anos para os homens e 73 para as mulheres. No entanto, o ganho em longevidade tem ampliado também a incidência de doenças. Entre elas, a depressão. A patologia, frequente entre os idosos, é considerada problema de saúde pública. Estudos atualizados da Universidade de São Paulo (USP) revelam que nos últimos seis anos o aumento de mortes entre idosos causados por depressão severa chegou a 41%.

A doença na terceira idade é de difícil diagnóstico e facilmente confundida com outros problemas e sintomas. Fatores como solidão, inatividade, perdas de entes queridos estão entre as principais causas. O uso prolongado de tranquilizantes também pode causar a doença.

“Os familiares devem estar atentos aos sintomas como tristeza profunda, cansaço, falta de energia, pouca concentração, dores musculares, agitação, ansiedade, pensamentos pessimistas e até suicidas, bem como insônia e falta de apetite”, destaca o psiquiatra Ricardo Teixeira. Entre as dicas apontadas pelo especialista para evitar o problema está a prática regular de atividades físicas. Manter uma dieta saudável é outra aposta certa como estratégia de prevenção.

Quanto ao tratamento, o médico enfatiza o acompanhamento com exames clínicos associados a avaliações psiquiátricas e neurológicas – consideradas indispensáveis. “O uso de medicação antidepressiva é importante, mas a abordagem psicológica é fundamental”, frisa Teixeira.

Vale lembrar que o Sindilegis oferece parceria com pelo menos 11 clínicas Psicológicas, além de clínicas de Terapias Ocupacionais e Academias de Ginástica. Os descontos oferecidos aos filiados podem chegar a até 60%. (EM)

OPINIÃO

Por Edimar Teixeira, diretor administrativo do Sindilegis



Reflexões de um quase aposentado

Hoje, talvez por ser meu primeiro dia de trabalho depois de bem merecidas férias, levantei-me cedo e com espírito de filósofo de botequim. Daí a começar a ter ideias foi um passo.

Os homens, como os animais e vegetais, nascem, crescem e morrem. Entretanto, no caso da maioria dos humanos, insere-se uma etapa intermediária. Antes de morrer eles se aposentam. Não vá, agora, no rastro desses pensamentos extemporâneos, pensar que a aposentadoria tem de ser, necessariamente, uma espécie de limbo onde vamos purgar nossas mazelas, onde vamos remir nossos pecados, onde vamos resgatar nossas dívidas de ontem e de hoje, assistindo, em infinitas repetições, ao monótono filme de vidas mais ou menos vazias, em cada caso.

É bem verdade que não faltam histórias sobre pessoas que definharam até a morte, logo depois de se aposentarem, sobre aquelas que enlouqueceram ao ingressar nessa estúpida fase de suas vidas e sobre tantas outras que não suportaram o aumento excessivo do convívio com a família, ou que por elas foram rejeitadas, frente a sua incômoda presença. Como regra geral, as apreensões crescem até um nível aterrorizante, quando homens e mulheres se veem cara a cara com os sinais da aposentadoria.

Calma! O Diabo não é tão feio como se apresenta. Só depende, é claro, das premissas. Quem puder encarar a aposentadoria como o início de uma nova caminhada, um renascimento, vai descobrir um mundo cheio de surpresas. Agora, é possível livrar-se dos chefes de plantão, dos bajuladores de primeira e de última hora, dos tic-tacs dos relógios opressivos, das competições degradantes, da busca por mais e melhores salários, das preocupações com a educação e a saúde dos filhos, das necessidades de moradia e de outras tantas miudezas que infernizam a vida comum dos mortais. Afinal, desse ponto de vista, o que não se fez até agora vai mesmo para a conta dos fundos perdidos.

Levante! Viva plenamente a sua vida. Reencontre amigos perdidos. Aprenda e cante novas canções. Realize as viagens dos seus sonhos, já tantas vezes adiadas. Curta seus netos e, quem sabe, os bisnetos. Ofereça-se em trabalhos voluntários. Só por ter chegado até aqui, você é um vencedor.

Só então, se não puder fazer nada que se pareça com isso, chore, chore muito e, depois, morra!

Previdência é tema de congresso mundial no Senado

O Senado Federal foi sede do 1º Congresso Mundial de Aposentados. Durante dois dias, aposentados de diversos países debateram temas de interesse da classe, abrangendo diversas questões, desde os desafios políticos enfrentados pela categoria até a saúde e o envelhecimento. O evento aconteceu nos dias 23 e 24 de novembro e foi organizado pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap).

Representantes de 15 países – entre eles Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Argentina, Espanha, Itália, França, Inglaterra e Estados Unidos – discutiram a realidade das aposentadorias em seus respectivos países, fazendo uma comparação com a situação vivenciada pelo Brasil atualmente. Ao final do congresso, foi lançado o “Pacto pelo Envelhecimento”. Trata-se de um compromisso formal pela



Ag. Senado

implantação das ações previstas nos acordos internacionais dos quais os 15 países participantes são signatários, inserindo o “envelhecimento ativo e participativo” nas políticas públicas governamentais nos três níveis da federação.

A diretora de Aposentados e Pensionistas, Maria Elisa Siquei-

ra de Oliveira, considerou que a iniciativa deve se repetir. “A troca de informações e experiências entre os países é de extrema validade para melhorar o sistema previdenciário no Brasil. Espero que outras edições do Congresso aconteçam e que esse intercâmbio se fortaleça”, acredita.

(APR com Ag. Senado)

TCU reconhece direito de policiais legislativos a aposentadoria especial

O Tribunal de Contas da União reconheceu, em sessão realizada no dia 3 de novembro, que os policiais legislativos do Senado Federal têm direito a aposentadoria especial. O posicionamento da Corte de Contas foi feito em resposta à consulta da Presidência do Senado Federal sobre a aplicabilidade da Lei Complementar nº 51/1985 em relação à categoria.

Assim que tomou conhecimento da decisão, o Sindilegis enviou requerimento à Câmara dos De-

putados solicitando que o mesmo entendimento seja aplicado aos policiais daquela Casa. Para o presidente do Sindicato, Nilton Paixão, a decisão do TCU deixa claro o enquadramento dos policiais legislativos nas regras para aposentadoria especial e deve ser aplicada nas duas Casas, sem distinção. “Agora não há mais como a Câmara ou o Senado deixar de reconhecer esse direito líquido e certo dos policiais”, afirmou.

Vale lembrar que, em julho de 2010, a atual diretoria do Sindi-

cato ingressou com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) contra ato da Câmara dos Deputados, que negou aposentadoria especial a agente da polícia legislativa que se enquadrava nas regras previstas na Lei Complementar 51, que estabelece aposentadoria voluntária ao servidor policial, com proventos integrais, após 30 anos de serviço, desde que conte pelo menos 20 anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial. (R0)

Servidores da Gráfica podem pedir contagem de tempo em atividades insalubres

Os servidores da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) que ainda não requereram a contagem do tempo de serviço prestado em atividades insalubres podem fazê-lo por meio da Consultoria Jurídica do Sindilegis. O requerimento é individual e o serviço oferecido pelos advogados do Sindicato é gratuito.

A Consulegis está atendendo aos pedidos desde o mês de junho do ano passado, motivada pela Orientação Normativa SRH/MPOG nº 6, de 21 de junho de 2010, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O documento uniformizou os procedimentos da concessão de aposentadoria especial, de que trata o art. 57 do Regime Geral de Previdência Social, aos servidores públicos federais amparados por

Mandados de Injunção. Até agora, quase 50 pedidos foram protocolados.

Terão direito à aposentadoria especial os servidores públicos federais contemplados por decisões em Mandados de Injunção, individualmente, e aqueles substituídos em ações coletivas, enquanto houver omissão legislativa, o que é o caso dos filiados, uma vez amparados pela decisão proferida nos autos do Mandado de Injunção nº 805, que teve curso no Supremo Tribunal Federal.

“Lembramos aos colegas, mais uma vez, que não é necessária a contratação de advogado para a contagem do tempo em



Arquivo Sindilegis

atividades insalubres. O Sindilegis fará o pedido para os filiados que nos procurarem”, alerta José Carlos de Matos, diretor Jurídico. Os interessados devem agendar um horário com a Consulegis pelos telefones 3214-7343 ou 3214-7311. A Consultoria Jurídica do Sindilegis funciona na Sede do Sindicato (SAS Qd 6 Bl K, 5º andar). (APR)

STJ tem novo entendimento sobre aposentadoria por invalidez de servidor

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o rol de doenças graves que podem levar à aposentadoria por invalidez permanente (Lei 8.112/90, art. 186, I, § 1º), deve ser encarado como exemplificativo e não taxativo. Ou seja, não cabe ao Judiciário definir qual enfermidade pode ser considerada grave, e sim, à medicina.

O Estatuto dos Servidores Públicos estabelece um rol de treze doenças graves, contagiosas

e incuráveis, que podem levar à aposentadoria por invalidez, dando direito ao servidor de receber proventos integrais. Caso a enfermidade não conste na lista, o servidor público federal pode se aposentar, mas recebendo proventos proporcionais. Doenças como hepatite C, por exemplo, ficaram de fora.

A decisão do STJ traz esperança a uma série de servidores que foram obrigados a se aposentar por motivos de saúde e que, por

serem portadores de doenças não citadas na lei, tiveram seus proventos reduzidos, justamente no momento em que mais precisariam receber integralmente.

Com o novo entendimento do STJ, deduz-se que servidores aposentados por invalidez por doenças não arroladas na lei poderão também fazer jus ao recebimento da aposentadoria integral. Os filiados que se encontrarem nesta situação poderão procurar a orientação gratuita da Consulegis. (APR)

VIAJAR É A MELHOR OPÇÃO

Para muitos profissionais brasileiros, o momento da aposentadoria exige preparação psicológica e suporte familiar. Na verdade, é um momento para se criar novos hábitos. A fase traz dúvidas, afinal, as ideias e a vontade de continuar produzindo não desaparecem imediatamente. A mudança na rotina, no entanto, é expressiva e o desejo de encontrar alternativas para ocupar o tempo ocioso torna-se uma preocupação. Estudos recentes da Universidade de São Paulo (USP) revelam o aumento da expectativa de vida da população brasileira -- e com qualidade, graças ao avanço da ciência.

De olho nesse público que cresce cada vez mais -- os inativos, muitas empresas ganham espaço no mercado. Desde aquelas que desenvolvem programas de preparação para a aposentadoria, com foco na compreensão do que é aposentar-se e como lidar com as mudanças que ocorrem, até as escolas que oferecem programas de intercâmbio. Há também as agências de turismo, que oferecem pacotes especiais para aqueles que já não dependem das férias escolares de filhos para viajar. É o caso da Bancorbrás, empresa conveniada ao Sindilegis, que oferece pacotes exclusivos para pessoas com mais de 60 anos. "Até a década de 70 as teorias utilizadas para o processo de aposentadoria contribuíram com o preconceito em torno do aposentado. O inativo era considerado um indivíduo desnecessário. Os conceitos mudaram. A teoria agora é da atividade. Hoje, os profissionais se aposentam de

uma situação de trabalho e não das suas vidas. Daí a necessidade de planejar o momento da aposentadoria e escolher a forma como se quer viver a nova fase, a qual chamamos de Melhor Idade.", explica o diretor de marketing da Bancorbrás.

A Bancorbrás oferece pacotes turísticos promocionais para aqueles que fazem parte da Melhor Idade. Pelo 8º ano consecutivo, a empresa realiza o 8º Encontro da Maior Idade. Este ano o evento será em Santiago, capital do Chile. O programa, que pode ser parcelado em até 10 vezes

sem juros, acontece no início de abril e inclui 5 noites de hospedagem em hotéis 4 estrelas, em apartamentos duplos, com café da manhã, passagens de ida e volta, além de programação privativa para o grupo. Vale lembrar que sindicalizados ainda têm descontos exclusivos. (EM)

Serviço:

8º Encontro da Maior Idade – Bancorbrás

www.bancorbras.com.br/viagens

Telefone: (61) 3314-7010

(Distrito Federal); Outras localidades: 0300 789 6868

MAIOR IDADE
Bancorbrás

APRESENTA
8º Encontro Bancorbrás da Maior Idade
Santiago do Chile 1ª a 6 de Abril de 2011

CIDADES	VALORES
Brasília	Ampla de 02/422 - 9x de R\$ 188
São Paulo/Rio de Janeiro/Belo Horizonte	Ampla de 02/470 - 9x de R\$ 199

1º Dia: Recepção no aeroporto, traslado ao Hotel Camino Plaza. Check-in com suite dupla, jantar no restaurante do hotel (buffet).

2º Dia: City tour panorâmico em Santiago. Almoço no restaurante "Tayra Del Mar" à beira do Oceano Pacífico. Tempo livre para passeio pela arte e cultura da cidade. Jantar no restaurante Camino Real, no alto do Cerro San Cristóbal.

3º Dia: Passeio por Valparaíso e Vinha del Mar. Almoço no restaurante "Tayra Del Mar" à beira do Oceano Pacífico. Tempo livre para passeio pela arte e cultura da cidade. Jantar no restaurante Camino Real, no alto do Cerro San Cristóbal.

4º Dia: Visita à Estância El Cuadro, com degustação de vinhos, passeio de aeroplano, visita ao Museu do Vinho e experimentação de técnicas de Chile. Tarde relaxante com "pique niquito" no hotel.

5º Dia: City tour. Jantar de despedida no restaurante e casa do Chile 8º dia.

6º Dia: Traslado livre até o aeroporto com traslado para o trabalho no aeroporto.

FORMA DE PAGAMENTO:
ATE 10x SEM JUROS, sem custos de MANUTENÇÃO ou taxa de emissão, inscrição e aprovação de crédito.

5% desconto exclusivo para associados em todo Bancorbrás Turismo.

PREÇO REFERENCIAL EM DÓLARES RESERVADO À TAXA DE VENDA DA MESA NA DATA DA ATRIBUIÇÃO. Valores sujeitos a alterações, por motivo de força maior, sem aviso prévio e à disponibilidade de lugar. Não há reembolso em caso de cancelamento. Os associados podem cancelar o pagamento em qualquer momento sem custos de cancelamento. Não há responsabilidade de viagens e de responsabilidade de passagens.

BRASILIA / DF: 3314 7010 | RECIFE/PE: 3223 8018 | SALVADOR/BA: 3224 0336 | BOGOTÁ/CO: 3632 7272 | BELO HORIZONTE / MG: 4099 3400 | OUTRAS LOCALIDADES: 0300 789 68 68

www.bancorbras.com.br/viagens

Diretoria amplia entidade

Proporcionar serviços diversificados aos filiados ao Sindilegis. Este objetivo moveu a nova diretoria da entidade a criar o Centro de Assistência Social – o CAS. O local, que deve ser inaugurado nos próximos meses, tem o conceito de reunir, em um

único lugar, atendimento jurídico, odontológico, bem como oferecer uma área para a prática de esportes, academia de ginástica e ainda disponibilizar ao servidor espaços para eventos: dois salões de com capacidade para 400 e 100 pessoas respectivamente.

O CAS também vai agrupar oito das Associações de Servidores das três Casas, como é o caso da ASA/CD.

O CAS está em reforma e a previsão é de que em breve o atendimento da Consulegis e da Clínica Odontolegis sejam transferidos para o novo endereço, descomplicando o serviço para o filiado, já que o Centro de Assistência Social ocupa um prédio com mais

de 7 mil m² na L2 Sul. O acesso às instalações também é facilitado devido à ampla área de estacionamento.

Mesmo sem ter sido inaugurado, os filiados já podem desfrutar de alguns serviços. A academia Body Action fica dentro do Centro e já está de portas abertas. Lá, são oferecidas diversas modalidades de ginástica e modernos aparelhos para musculação. As quadras poliesportivas e o Espaço 16, cuja área conta com uma piscina olímpica para a prática de esportes aquáticos, também estão disponíveis. Há ainda o espaço musical Roberto Baez. Tudo isso com descontos imperdíveis aos filiados. Aproveite! Informações: (61) 3214-7300 (EM)

Thiago Alves



Piscina olímpica do Centro de Assistência Social

Milhões de homenageados

Os números parecem impressionar. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil vivem 15.628.476 de aposentados. Mas, a porcentagem frente à população de mais de 190 milhões é menor que 8% dos cidadãos do país. Entre eles, é claro, estão aqueles que por anos serviram à Câmara dos Deputados, Senado Federal e Tribunal de Contas da União.

As Casas responderam a um ofício enviado pelo Sindilegis para conhecer os novos aposentados. Nos processos de 2010, a contagem estimada em cada um dos órgãos, segundo os documentos, ficou assim: TCU, 38; Senado, 649; e Câmara, 73. O total, portanto, de desligamentos, chegou a aproximadamente, 760. Após décadas de serviços, esses servidores saem com a sensação de dever cumprido.

O dia 24 de janeiro foi escolhi-

do para que a nação possa comemorar e homenagear aqueles que agora usufruem merecidamente seu descanso. A diretoria do Sindilegis felicita os experientes colegas e destaca que continuará acompanhando a trajetória de cada um de seus filiados, que continuam ligados à entidade, e convida os outros a se tornarem novos sindicalizados e unindo forças para a vitória nas batalhas por direitos trabalhistas e qualidade de vida. (AS)

Asa – CD completa 19 anos

Foi em novembro a comemoração do 19º aniversário da Associação de Servidores Aposentados e Pensionistas da Câmara dos Deputados – ASA-CD. A festa reuniu mais de trezentas pessoas entre associados e re-

presentantes de outras entidades relacionadas à categoria, como o Movimento Nacional de Aposentados (Mosap) e a Associação de Servidores Aposentados e Pensionistas do Tribunal de Contas da União (ASAPTCU). O presiden-

te do Sindilegis, Nilton Paixão, também compareceu ao evento para cumprimentar os colegas e aproveitou para associar-se à entidade, na categoria associado provisório, pois ainda permanecer na ativa. (AS)

TRAJETÓRIA DE CONQUISTAS

Por Edyana Mascarenhas
e Aline Paz Rogers

Ele já foi professor, advogado, deputado e acaba de deixar a presidência do Tribunal de Contas da União. Também é poeta, compositor e dono de uma incrível sensibilidade. Além disso, adora conversar e contar histórias. Às vésperas da aposentadoria e de completar 70 anos, o ministro Ubiratan Diniz de Aguiar continua cheio de planos: voltar às salas de aula, advogar e, claro, continuar escrevendo.

Nascido em Cedro, sertão do Ceará, em setembro de 1941, é filho de Arakén e dona Liquinha e o irmão mais velho de dez filhos. Casou cedo com Terezita Aguiar, aos 19 anos. É pai de quatro filhas. Formou-se em Direito pela Universidade Federal daquele estado. No final da década de 50, Ubiratan começou a expor o lado boêmio, fazendo serenatas para a futura esposa. “A gente fazia o roteiro pelas casas das namoradas. No meio do grupo e no calor etílico, eu até cantava”, confirma Ubiratan.

Já casado, enquanto cursava a universidade, Ubiratan abraçou a militância estudantil, dando

início à vida político-partidária. Foi eleito vereador de Fortaleza em 1967. Em seguida, elegeu-se deputado estadual e federal. Em 2001, foi indicado pela Câmara e Senado Federal para ministro do TCU. “Tinha o sonho de chegar ao Senado e ao governo do meu estado. Todavia, quis o destino me dar mais do que merecia. Foi o terceiro ministro cearense daquela corte em 117 anos”.

Como autor de livros técnicos e políticos, publicou obras que considera extensão de sua atuação política, como “LDB comentada”, “Educação - direito de todos” e “Controle externo”.

Arte

Fora da esfera política, Ubiratan é um cearense típico, apaixonado pela música e literatura. “A música, a poesia e a arte refletem os momentos de catarse. São maneiras de dissipar o estresse e desfrutar os prazeres da vida”, considera.

A poesia também lhe rendeu livros. “Sempre escrevi poesias. Sem a preocupação com o texto, apenas colocava as expressões dos meus sentimentos”, explica o autor de “Passageiro do tempo”, “Idioma dos pássaros” e “Versos de vida”. Na música, Ubiratan tem composições registradas em CDs como “Água do Arco-Íris”, “Vagão da estrela”, “Canto de Vida” e “Versos de Vida”, cujos parceiros são Ama-

ro Pena, Goya, Humberto Pinho e Chico Pessoa.

Planos para aposentadoria

Para o ministro, a aposentadoria nada mais é que outro momento de passagem em sua vida, como foi o casamento, a vida dentro da sala de aula e a participação na política. “A aposentadoria é uma estação. É um momento extraordinário. É quando podemos colocar nossos conhecimentos a favor das futuras gerações. Sou feliz pelo que fiz e pelo que vou fazer”.

Ele conta os planos para o futuro: “Quero à universidade. Conviver com os jovens para entender por que os valores mudaram tanto”. Ubiratan também planeja o retorno à advocacia e critica veementemente a taxa de aposentados: “Quero voltar a advogar, fazer uma sustentação oral num tribunal... Hoje vemos a substituição da segurança jurídica pela insegurança. Imagina, a aposentadoria é um ato jurídico perfeito, e de repente o servidor se vir obrigado a contribuir novamente”.

E deixa uma mensagem de gratidão. “Recebi da vida muito mais do que mereço. Espero poder retribuir um pouco, aproveitar toda uma experiência de vida e de trabalho para ajudar meu país”. O Sindilegis agradece o trabalho incansável do ministro, parceiro de tantas lutas. (EM/ APR)



O Sindilegis diz NÃO ao PLP 549

O PLP 549 limitará o crescimento do gasto total com pessoal dos Poderes e órgãos da União ao IPCA, verificado no período de 12 (doze) meses, encerrado no mês de março do ano imediatamente anterior, acrescido de 2,5% ou da taxa de crescimento do PIB, o que for menor, sem observar a sintonia com o comportamento da receita do exercício de referência em que são feitas as avaliações quadrimestrais do limite de pessoal.

[e você?]

Não se trata, pois, de indexação que garanta aumento automático anual dos servidores equivalente ao IPCA + variação do PIB, mas um novo limite de pessoal que, primeiramente, terá de absorver o crescimento vegetativo da folha de pagamento e as reposições de servidores aposentados e falecidos no longo intervalo de dez anos, sendo quase inviável aprovação de planos de carreira nesse longo período.

Além disso, o projeto pode inviabilizar as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), da Copa-2014, das Olimpíadas-2016 e, o mais grave, fragilizar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), pilar da boa gestão pública brasileira.

A sociedade deve ficar de olho: o PLP não leva em consideração o aumento populacional, o crescimento das demandas pela ampliação dos serviços de saúde, educação, justiça, segurança pública e outros, como o crescimento ou a diversificação do processo econômico, que terão efeito direto sobre serviços de fiscalização, regulação, controle etc.

www.sindilegis.org.br


SINDILEGIS
O sindicato da democracia